

Onde a Arte nasce: memórias da constituição do ensino de arte no Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

Where Art is born: memories of the establishment of art education at Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

Donde nace el Arte: recuerdos de la creación de la enseñanza del Arte en el Colégio de Aplicacão João XXIII/UFJF

Maria da Natividade Ramalho Borba¹

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Renata Oliveira Caetano²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Recebido em: 28/09/2025

Aceito em: 26/11/2025

Resumo

Este relato discorre como a área de Arte se configurou ao longo dos anos no Colégio de Aplicação João XXIII, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pretendemos salvaguardar dados históricos, para que não sejam esquecidos, trazendo elementos para pensar como a área se afirmou e construiu um ensino de Arte que hoje é referência na cidade e região. Em termos metodológicos, a escrita tem um caráter misto, pautado por dados bibliográficos e documentais advindos dos levantamentos realizados para uma dissertação de Mestrado sobre o tema, complementado por relatos pessoais das autoras que viveram os momentos mais recentes das situações descritas. Esperamos contribuir para que a comunidade acadêmica tenha uma visão mais abrangente e aprofundada sobre o esforço de diferentes docentes para construir um ensino de Arte de referência. Queremos mostrar a Arte e seu ensino como um processo que relaciona múltiplos saberes, visando uma aprendizagem crítica e reflexiva — algo totalmente condizente com o que se espera de um Colégio de Aplicação.

Palavras-chave: Ensino de Arte. Colégio de Aplicação João XXIII. Memórias.

¹ nati.borba.til@gmail.com.

² renata.caetano@ufjf.br.

Abstract

This report discusses how the field of Art Education has developed over the years at the João XXIII Training School, part of the Federal University of Juiz de Fora. Our aim is to safeguard historical data so that it is not forgotten, offering elements to reflect on how the field established itself and built an approach to Art Education that is now a benchmark in the city and region. Methodologically, the writing has a mixed character, grounded in bibliographic and documentary data from research conducted for a master's thesis on the subject, complemented by personal accounts from the authors, who experienced the most recent moments of the situations described. We hope to contribute to the academic community's development of a more comprehensive and in-depth understanding of the efforts of different teachers to build a reference for Art Education. We also aim to present Art Education as a process that integrates multiple forms of knowledge, oriented toward critical and reflective learning—something totally consistent with what is expected of a school like João XXIII.

Keywords: Art Education. João XXIII Training School. Memories.

Resumen

Este informe expone la evolución de la enseñanza del Arte a lo largo de los años en el Colégio de Aplicação João XXIII de la Universidad Federal de Juiz de Fora. Nuestro objetivo es preservar la información histórica para que sea olvidada, aportando elementos para reflexionar sobre cómo el área se consolidó y construyó una enseñanza de Arte que hoy es referencia en la ciudad y región. En términos metodológicos, el texto tiene un carácter mixto, sustentado en datos bibliográficos y documentales provenientes de levantamientos realizados para una disertación de maestría sobre el tema, complementados con relatos personales de las autoras que vivieron los momentos más recientes de las situaciones descritas. Esperamos contribuir para que la comunidad académica tenga una visión más amplia y profunda sobre los esfuerzos de diferentes docentes por construir una enseñanza de Arte de referencia. Queremos mostrar el Arte y su enseñanza como un proceso que relaciona múltiples saberes, con el objetivo de lograr un aprendizaje crítico y reflexivo, algo totalmente coherente con lo que se espera de una escuela de Aplicación.

Palabras clave: Enseñanza de Arte. Colégio de Aplicação João XXIII. Memorias.

Introdução

Durante o IX Colóquio Arte em Trânsito³, a professora espanhola Glòria Jové — reconhecida referência em formação docente no campo da Arte — foi uma das palestrantes convidadas. Durante sua estadia em Juiz de Fora, muitas conversas se desenvolveram sobre uma dificuldade que assombra diversos docentes da área: como fazer as pessoas compreenderem o que professores de Arte realizam no contexto escolar? Glòria escutou os relatos e, então, trouxe uma reflexão a partir da seguinte pergunta: “Com qual concepção de Arte as pessoas veem o trabalho de vocês?”

Embora seja uma área de conhecimento legalmente constituída no âmbito educacional brasileiro — englobando Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, cada uma com suas especificidades — a professora

³ Evento ocorrido entre os dias 02 e 06 de junho de 2025 no Museu de Arte Murilo Mendes, Juiz de Fora.

apontou que existem diferentes formas de encarar a Arte. Segundo ela, as mais comuns são: I) a "Arte como um saber", ligada a questões técnicas e de habilidade e II) a "Arte como autoexpressão", relacionada à manifestação de pensamentos e sentimentos individuais. Para Glòria, essas duas abordagens não se excluem e são muito comuns no ambiente escolar. Ambas tendem a enquadrar o ensino de Arte em uma "caixinha", limitada ao repasse de práticas e técnicas, além da expressão de sensibilidades. Mas será que o trabalho de um docente dessa área se resume apenas a isso?

Seguindo a lógica do raciocínio de Jovè, emergem duas outras perspectivas que rompem com essa ideia. A primeira é a "Arte como linguagem", com códigos que precisam ser apreendidos, experimentados e interpretados, permitindo perceber o mundo ao redor a partir de outros pontos de vista. A segunda é a "Arte como forma de compreender e de transformar o mundo" — um processo de trabalho em rede, rico em conexões e transversalidades.

Os docentes do Colégio de Aplicação João XXIII (CAp João XXIII) têm atuado a partir das duas últimas perspectivas ao longo de muitos anos e o presente relato se propõe a apresentar dados da constituição da área, a fim de contextualizar tal atuação. Em termos metodológicos, a escrita desse relato tem um caráter misto. Baseia-se em dados bibliográficos e documentais, advindos dos levantamentos realizados para a escrita de uma dissertação de Mestrado sobre o tema, complementados por relatos pessoais das autoras, que vivenciaram os momentos mais recentes das situações descritas.

Ao final, buscamos recompor um pouco da história do Ensino de Arte no CAp e de toda trajetória de lutas e conquistas, visando a contribuir para uma visão mais abrangente e aprofundada acerca do esforço de diferentes docentes em construir um ensino de Arte que hoje é referência na cidade. No chão das salas de aula do CAp João XXIII, os professores buscam realizar aulas com um aspecto experimental, vivencial e crítico da área, em suas diversas linguagens. Refletiremos a partir desse ponto de vista e queremos mostrar a Arte como um processo que relaciona múltiplos saberes, promovendo uma aprendizagem crítica e reflexiva — algo totalmente condizente com o que se espera de um Colégio de Aplicação.

A trajetória do ensino de Arte no Brasil

O ensino de arte tornou-se oficial no Brasil por meio do Decreto de 1816, quando D. João VI determinou a fundação, no Rio de Janeiro, de uma Escola de Ciências, Artes e Ofícios (BARBOSA, 2008, p. 20). Mais tarde, essa iniciativa se tornaria a Academia de Belas Artes. A tendência desse ensino era neoclássica, cuja influência vinha da Missão Artística Francesa. Ainda no século XIX, a disciplina curricular obrigatória era o Desenho, de caráter mais técnico e com função de preparação para o trabalho.

No Movimento da Escola Nova, no início do século XX, o ensino de Arte servia como consolidação de conteúdos, sendo compreendida como um instrumento e não como uma área autônoma de conhecimento. Isso se confirmava em seus usos nas Festas Escolares — algo que permeia quase toda a história da Educação brasileira —, nas quais a Arte era meramente ilustrativa, servindo ao ensino de religião e civismo.

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Modernismo direcionou sua atenção para a Arte brasileira e trouxe uma importante renovação em relação àquilo que era produzido pelas crianças, configurando um tipo de ensino pautado pela livre expressão. A partir daí, foi criada, em 1948, a Escolinha de Arte do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, onde as crianças podiam desenhar e pintar livremente, refletindo o clima de reafirmação da corrente expressionista, tão forte entre muitos artistas modernistas.

Nos anos seguintes, outras Escolinhas de Arte foram fundadas em diferentes estados do Brasil. Em 1958, classes experimentais foram criadas e as práticas desenvolvidas pelas Escolinhas foram introduzidas nas escolas públicas, influenciando o ensino regular até 1973, ano em que o governo federal criou os primeiros cursos de Licenciatura em Educação Artística. A área tornou-se atividade educativa obrigatória a partir da LDB 5692/71, com o objetivo de dar um tom mais humanista ao currículo. Tratava-se de um caráter polivalente⁴, permitindo que licenciados em Educação Artística atuassem nas três modalidades previstas na lei: Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música.

Apesar do poder retórico de uma compreensão que circula pela maioria das escolas brasileiras, a LDB 9394/96, vigente até hoje, passou a reconhecer a Arte como área de conhecimento, tornando-a

⁴ O ensino polivalente de Arte é uma modalidade onde uma pessoa formada em uma das linguagens artísticas leciona todas elas. Nele, são desconsideradas as especificidades de cada uma, enquanto áreas de conhecimento e, na prática, isso gera um ensino genérico e superficial, limitando profundamente a experiência escolar de alunos e alunos neste campo de conhecimento.

componente curricular obrigatório nos três segmentos da Educação Básica, agora dividido em quatro modalidades: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Tal fato foi reforçado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de o documento abrir possibilidades interpretativas para o retorno da polivalência.

Entre 2023 e 2025, a Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB) realizou o movimento de construção coletiva das "Normas sobre Arte na Educação Básica — Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)". O documento foi apresentado ao Conselho Nacional de Educação que, a partir de 2026, conduzirá uma discussão ampla sobre o assunto. Em suma, o material propõe que a Arte seja entendida como área de conhecimento, cujo ensino é obrigatório por lei em todos os níveis e anos da Educação Básica. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro se configuram como componentes curriculares com especificidades próprias. Para que isso se efetive, as escolas precisam ter docentes licenciados em cada um dos componentes curriculares. Seguimos atentos aos debates, formando frentes para que os Colégios de Aplicação sejam os primeiros a demonstrar a importância dessas demandas⁵.

Um Colégio de Aplicação na cidade de Juiz de Fora: a criação do João XXIII

O Colégio de Aplicação João XXIII foi fundado no ano de 1965, dentro da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (FAFILE/JF), como Ginásio de Aplicação João XXIII. Na época, estava em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024, de 1961, que previa que as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras deviam ter uma escola de "Aplicação, Experimentação e Demonstração". Em 1966, foi incorporado, junto com a FAFILE, à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em 1969, pela Resolução 09/69 do Conselho Universitário, a Faculdade de Filosofia e Letras foi extinta e o Ginásio passou a ser o Colégio de Aplicação João XXIII, ficando vinculado à Faculdade de Educação (Dinali, 2011,

⁵ A despeito das muitas críticas que fazemos ao formato tomado pela BNCC ao longo dos anos, é preciso ressaltar que, em 2015, o texto já indicava a necessidade da presença das quatro linguagens artísticas ao longo da Educação Básica. Em um Colégio onde há o reconhecimento da importância da formação docente específica, isso passa a ser um dado importante e só reforçou a linha de raciocínio do grupo de professores de Arte no sentido da ampliação do oferecimento de outras linguagens, tal qual foi proposto a partir de 2010. Outra recomendação que foi ao encontro das práticas implementadas no CAp são as seis dimensões do conhecimento: criação; crítica; fruição; estesia; expressão; reflexão. Algo que visa um ensino de Arte estético, vivencial e experimental estabelecido entre teoria e prática.

p. 25), até conquistar sua autonomia em 1998, quando se tornou Unidade Acadêmica da UFJF.

Com relação ao ensino artístico, na ocasião da fundação do Colégio, a LDB 4024/61 exigia para o então curso ginásial que as escolas oferecessem "atividades complementares de iniciação artística". O João XXIII cumpriu a lei, tendo como disciplina curricular obrigatória o Desenho no 3º e 4º anos do Ginásial (atuais 8º e 9º anos do Ensino Fundamental). Além disso, havia a atividade educativa obrigatória denominada "Economia Doméstica", com um viés bastante artístico e artesanal, que ia desde trabalhos com agulha a pinturas e maquetes.

O professor Edson Pável Bastos, um dos fundadores do Colégio, atuou como o primeiro professor de Desenho. Ele também ministrou a disciplina de Educação Artística a partir dos anos 1970, até sua aposentadoria em 1986. A primeira professora de Economia Doméstica foi Ilva Cremonese, que exerceu a docência até o final da década de 1980. Posteriormente, a Economia Doméstica foi diluída em outras terminologias como "Artes Aplicadas", "Trabalhos Manuais", "Pintura" e ministrada por outras professoras.

Com a aposentadoria do professor Pável, o professor Gerson Esteves Guedes assumiu a cadeira de Desenho, já com o adjetivo *Geométrico*. Ele atuou na disciplina para a qual foi designado em Educação Artística e, posteriormente, em Artes Visuais. Ainda na década de 1980, a pedagoga Martha de Melo Araújo assumiu as aulas de Educação Artística no 1º segmento do então 1º grau do Colégio. Na década de 1990, a professora de francês Lúcia do Amaral Penna Forte e a professora de Educação Física Mary Rose Ferreira coordenaram um projeto de Música, também no 1º segmento.

Mudança de perspectiva: a atuação de docentes licenciados em Arte no CAp João XXIII

A aposentadoria da professora Martha tornou possível a abertura da primeira vaga para professor graduado em Educação Artística no João XXIII. Maria da Natividade Ramalho Borba, também conhecida como Nati, ocupou essa vaga como professora substituta no ano de 1995. Seu trabalho levou à fundação do Grupo TIL — Teatro Ilimitado⁶, à organização de exposições e eventos artísticos e culturais. Em 1996, devido ao sucesso dessas iniciativas, o corpo docente do CAp decidiu abrir concurso para duas vagas de Educação Artística, e não apenas uma como previsto inicialmente. As vagas foram ocupadas por

⁶ Projeto inicialmente de Ensino e posteriormente de Extensão que esteve em atividade de 1995 a 2016.

Evangelina Nunes de Carvalho Loures e Nati.

Em 1997, com base em dados da pesquisa de Especialização de Nati e respaldadas pela promulgação da LDB 9394/96, as professoras de Artes Visuais do Colégio aprovaram no Departamento de Letras e Artes um projeto para implementar a disciplina em todos os anos do 2º segmento do Ensino Fundamental. Até aquele momento, elas haviam implementado duas aulas na 5ª série, atual 6º ano. Assim, em 1998, houve concurso para uma vaga de Artes Visuais, ocupada por Nelson Vieira da Fonseca Faria, garantindo a expansão das aulas dessa disciplina até a 8ª série, atual 9º ano. Em 2001, Evangelina se aposentou e sua vaga passou a ser ocupada por docentes substitutos. Naquela ocasião, a carga horária de Artes Visuais foi ampliada no 1º segmento: de uma para duas aulas semanais. Para viabilizar essa mudança, houve a cessão de uma aula de Matemática na antiga 2ª série e de uma aula de Língua Portuguesa na 3ª e na 4ª série. A 1ª série já contava com duas aulas semanais.

Em 2006, a implementação do Ensino Fundamental de nove anos resultou na criação de algumas vagas de professores, incluindo uma vaga para a disciplina Arte. Já em 2007, um acordo na UFJF permitiu transformar uma vaga de professor substituto de 40h em duas de 20h. Assim, a quarta vaga de Artes foi desmembrada, gerando a quinta. A partir daí, o quadro de docentes de Arte ficou composto por dois professores efetivos e três substitutos. Os professores efetivos desejavam ampliar o número de aulas no 2º segmento, mas a situação era mais complexa: nenhuma outra disciplina queria ceder uma aula para tornar possível a oferta de duas aulas semanais em toda a grade do Ensino Fundamental. Paralelamente, havia uma política interna de não aumentar a carga horária dos estudantes.

Relatos indicam que, pouco antes, houve uma redução de carga horária, fazendo com que o 2º segmento tivesse apenas cinco aulas diárias. Com isso, a disciplina Artes Visuais foi reduzida para uma aula semanal no 6º ano. Entendendo que uma aula semanal era o pior cenário para um ensino de qualidade, o grupo de professores iniciou um debate que resultou na divisão das turmas no 2º segmento. Essa escolha possibilitou que, apesar do contexto desfavorável, aquela única aula semanal pudesse ter a qualidade esperada para um Colégio de Aplicação. O foco passou a ser uma aula na qual os estudantes pudessem construir conhecimentos a partir de experiências e vivências práticas, estabelecendo relações entre os saberes artísticos. Estamos falando de aulas **de** Arte — vivenciais — e não aulas **sobre** Arte, algo restrito à mera transferência e reprodução técnica de conhecimentos artísticos e culturais.

Essa proposta sofreu fortes críticas. Algumas pessoas a compreendiam como um privilégio,

esquecendo-se de que o contexto educativo da disciplina Artes Visuais no Segundo Segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio era — e ainda é — um dos piores de toda a escola, com apenas uma aula na semana. Talvez tais docentes não percebessem como o cenário engessava a aula e impossibilitava que os estudantes tivessem experiências artístico-educativas de qualidade.

A despeito da contrariedade de alguns, o grupo de Artes Visuais manteve-se firme em seu propósito, garantindo a divisão em algumas turmas ao longo dos três segmentos, em articulação com o Departamento e a Congregação. Vale destacar que, em 2008, foi promulgada a Lei que tornou obrigatório o ensino de Música nas escolas⁷. Ainda assim, no concurso de 2010, três professores de Artes Visuais foram incorporados ao Colégio de Aplicação: Andréa Senra Coutinho, Frederico Marcelo Crochet e Renata Oliveira Caetano.

Com cinco professores efetivos, o corpo docente alinhou-se para garantir equidade entre todos, possibilitando que se dedicassem ao tripé de ensino, pesquisa e extensão.⁸ Além disso, o grupo começou a trabalhar para ampliar a divisão de turmas para todos os anos. A demanda era clara: era preciso criar um espaço experimental de vivência da Arte em todas as turmas, o que era previsto em documentos oficiais, mas que exigia condições específicas para ser plenamente implementado no Colégio.

O grupo também estabeleceu uma nova e importante meta: a diversificação das linguagens artísticas, pois havia apenas Artes Visuais. Houve um amplo debate e o Departamento de Letras e Artes conquistou duas vagas de professores licenciados em Música para o corpo docente efetivo do CAp. Em 2013, o concurso trouxe Helen Barra de Moura e Leonardo de Mesquita Taveira para criarem a área no Colégio. A conquista foi possível graças ao engajamento do grupo de Artes Visuais, em atenção à legislação vigente. No entanto, a criação da nova disciplina gerou um problema logístico já conhecido: onde alocar essas aulas?

Havia três opções: 1) tentar aumentar mais uma aula na grade para Música em alguns anos; 2)

⁷ Lei 11.769 determina a obrigatoriedade da música na escola. O presidente Lula sancionou, em 18/ agosto/2008, a Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. O primeiro concurso para Professor Efetivo de Música, no CAp. João XXIII aconteceu após o limite de 5 anos da promulgação da lei - a instituição só não ficou em situação irregular porque o edital foi lançado antes do prazo de aplicação da lei vencer.

⁸ Nesse contexto, surgiram alguns projetos relevantes. Dentre eles, destacam-se a “A Trupe do João”, co-criada pelo professor Frederico, com a intenção de realizar espetáculos que uniam Arte e Educação Física. Já o “Arte em Trânsito”, desenvolvido pelas professoras Andréa Senra e Renata Caetano, buscava expandir a Arte para dentro e fora do CAp — indo além da sala de aula e criando uma rede de relações artísticas e intelectuais com diversas camadas da sociedade. Para mais informações, acesse: <www.arteemtransito.com.br>.

contar com a cessão de aulas por parte de outras disciplinas, para que a Música entrasse naqueles espaços da grade; e 3) a Música dividir algumas turmas com Artes Visuais. Muito se debateu até que se chegou à conclusão de que não havia a possibilidade de outras disciplinas cederem espaço na grade para Música. Para conseguir aumentar as aulas na grade, seria necessário aprovar uma ampliação no segundo segmento, assim como foi feito no Ensino Médio para a entrada de Sociologia, Filosofia e Língua Espanhola. No entanto, essa solução não foi aprovada pela maioria do corpo docente, e tampouco foi consenso no grupo de Arte.

Após ampla discussão, optou-se por continuar investindo na divisão de turmas: além de ser um elemento didático-metodológico fundamental para a implementação de práticas pedagógicas alinhadas com estudos da área e com as legislações e regulamentações educacionais, a saída também se colocava como a melhor via para a diversificação das linguagens, algo que igualmente atendeu à legislação vigente⁹.

Em 2018, foi realizado outro concurso de Música, para preencher a vaga anteriormente ocupada pela professora Helen, que foi transferida para outra instituição. O professor Pedro Augusto Dutra de Oliveira ingressou nessa ocasião. Contudo, devido ao elevado número de aulas dos dois docentes de Música, que atendiam a quatro segmentos, no final daquele ano a mobilização do grupo de Arte (professores de Artes Visuais e Música) garantiu mais uma vaga de Música, oriunda das vagas de aposentadoria do extinto Curso Técnico Universitário da UFJF (CTU/UFJF).

Em 2019, o trabalho se consolidou com oito professores efetivos em Arte, incluindo a professora Renata de Oliveira Domingues Luiz para Música. Ao final daquele ano, as turmas foram divididas, exceto o 1º ano do Fundamental (20 alunos) e as turmas da EJA. Também foram agregadas aulas de "Atendimento especializado na Educação Especial" devido à demanda desse setor. Os docentes passaram a ministrar as aulas da EJA, deixando de orientar os bolsistas que atuavam neste segmento.

Conquistas em risco: a área de Arte é realmente privilegiada em um Colégio de Aplicação?

No começo de 2018, o grupo de professores de Arte estava ciente de que nos próximos anos, três deles se aposentariam — Nelson, Andréa e Nati. Como havia o desejo de ofertar aos estudantes as quatro

⁹ Nesta reorganização, o 9º ano deixou de ser dividido a pedido do professor Nelson, que assumiu a turma inteira com um trabalho sobre cinema, algo pautado por uma pesquisa pessoal. Em respeito à autonomia docente, o grupo concordou com o pedido, ainda que o pensamento da maioria naquele momento fosse no sentido de dividir todas as turmas.

linguagens artísticas, após a aposentadoria do professor Nelson, em 2018, optou-se por abrir um concurso multilinguagens, contemplando Artes Visuais, Teatro e Dança. A Música não foi incluída, pois ainda havia concurso válido. Naquela ocasião, a área de Dança conquistou o primeiro lugar, enquanto os demais candidatos aprovados eram todos de Artes Visuais. Em 2020, o Colégio recebeu a professora Mayara Helena Alvim, garantindo, pela primeira vez na Escola, uma profissional de Dança com formação na área de Arte, atendendo à legislação vigente.

Contudo, a alegria pela incorporação de mais uma linguagem artística ao quadro de efetivos foi gradativamente substituída pela preocupação com a ameaça de perda das outras duas vagas de aposentadoria. Seria plausível pensar que isso poderia acontecer como uma imposição governamental, já que o contexto era de um governo de extrema direita no poder. No entanto, a demanda veio de onde o grupo de Arte menos esperava: do próprio Conselho de Unidade do Colégio de Aplicação. Nesse ponto, é preciso explicar algumas questões importantes para compreender a situação que se desenhou em torno das vagas de aposentadoria da área de Arte.

Primeiro, é necessário compreender que o Colégio de Aplicação é composto por instâncias hierárquicas para a tomada de decisões internas. Segundo que no Regimento do Colégio, os órgãos colegiados do CAp são organizados por: Departamentos, Conselho de Unidade e Congregação — sendo esta última a instância máxima da instituição. Outra informação importante: em 1º de dezembro de 2014, a Congregação aprovou por unanimidade a consolidação de um documento sobre o Trabalho Docente¹⁰.

Em anexo à ata, constava o quadro referencial inicial para auxiliar na organização das atribuições docentes, com suas devidas indicações e recomendações, em quatro frentes de trabalho: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Ao final deste documento, há alguns encaminhamentos votados e aprovados em nossa instância máxima. Dentre a lista de cinco encaminhamentos, o número dois estabelece: "As vagas geradas por aposentadoria devem permanecer nos departamentos de origem, desde que a manutenção da vaga seja justificada pelo departamento, em consonância com o PPP"¹¹.

¹⁰ A ata da Congregação de 10. de dezembro de 2014 é pública e está disponível no seguinte link: <<https://drive.google.com/file/d/1pa-i04TSGdp8rjlgggDOcPbAQJHHeQet/view?usp=sharing>>.

¹¹ Ouvindo relatos de docentes mais antigos na instituição, o que se sabe é que à cada aposentadoria, a vaga era disputada por todas as disciplinas do Colégio. Isso gerava um movimento hostil entre os docentes que queriam garantir a manutenção da vaga onde já estava alocada e áreas que desejavam aumentar o número de docentes. A proposta, vinha no sentido justamente de apaziguar essas relações, deixando as disputas ocorrerem somente no caso de vagas novas.

Esse preâmbulo foi feito para indicar o equívoco cometido pelo Conselho de Unidade ao colocar em debate as duas vagas de aposentadoria da área de Arte. Tal erro se deu de várias formas. Destacamos que esta iniciativa nunca foi debatida nos Segmentos — instância pedagógica — nem nos Departamentos — instância colegiada e deliberativa. Além disso, uma decisão da Congregação — órgão máximo da escola — foi ignorada somente no caso das aposentadorias de Arte¹².

Naquele momento, a professora Renata Caetano assumiu o cargo de Chefe de Departamento, acompanhada por Pedro Dutra na Vice-Chefia. Apesar do ambiente contrário, o Conselho de Unidade acatou os argumentos da nova Chefe do Departamento de Letras e Artes e decidiu manter a segunda vaga, garantindo a entrada da professora Rejane Granato Santos. A terceira vaga ficou em suspenso. Quando a professora Nati se aposentou, em janeiro de 2022¹³, houve um grande debate no Conselho de Unidade, numa tentativa de realocar essa vaga para o Setor de Educação Especial.

Reconhecendo a importância da área para a instituição, o grupo argumentava que esta não era a maneira apropriada de resolver um problema tão profundo em um Colégio de Aplicação. Primeiro, porque tal encaminhamento colocava colegas contra colegas, promovendo ambiente de discórdia. Segundo, porque a decisão votada na Congregação, de manter as vagas de aposentadoria onde estavam, ainda estava em vigor.

A situação chegou à Congregação, que, em 23 de março de 2022, votou pela manutenção da vaga para a área de Arte, indicando a necessidade de rediscutir as bases do trabalho docente no Colégio de Aplicação. Com isso, o professor Luís Felipe de Souza Carbogim assumiu, completando novamente o quadro de oito docentes em Arte no CAp João XXIII. Restou apenas a pendência da entrada de um docente da área de Teatro para garantir o cumprimento integral da LDB.

Durante todo o debate, que se deu entre julho de 2021 e março de 2022, o argumento geral das pessoas favoráveis à retirada apenas das vagas de aposentadoria da área de Arte era de que vivia-se outros tempos, ou de que se tratava de um prejuízo com o qual a área poderia arcar. Tais comentários apontam para um profundo desconhecimento sobre o Ensino de Arte praticado no Colégio, sendo que

¹² Entre o início e a resolução do problema, docentes de outras disciplinas se aposentaram. Nesses casos, os trâmites seguiram o padrão habitual: o Departamento indicava a necessidade de preencher a vaga de aposentadoria e encaminhava a questão ao Conselho de Unidade.

¹³ O concurso multilinguagens de 2018 ainda estava válido, pois havia tido prorrogação do prazo em função da pandemia de COVID 19.

todo o debate era enviesado pelo preconceito estabelecido ao longo de anos em torno das turmas divididas, o que colocava a área de Arte como privilegiada em uma escola onde disciplinas consideradas mais importantes não têm essa prerrogativa, ou seja, trabalhavam com turmas inteiras.

O que se notou é que o debate nunca foi do âmbito pedagógico, de escuta e compreensão de práticas esperadas de um Colégio de Aplicação para cada área de conhecimento. Algo que nos faz voltar ao início de nosso texto, com a questão posta pela professora Glòria Jové: “Com qual concepção de arte as pessoas veem o trabalho de vocês?” Não sabemos se é possível responder objetivamente a tal questão, mas, a partir daquilo que vivemos em torno da disputa dessas vagas de aposentadoria, temos algumas pistas. Fica evidente que as pessoas não sabem — ou não querem saber — sobre o trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos na instituição. Acima de tudo, apesar de estarmos em um Colégio de Aplicação, ainda paira sobre nossas cabeças a compreensão de que o ensino de Arte não é uma área de conhecimento tão importante quanto qualquer outra.

Considerações finais

Entre muitas lutas e conquistas, o presente relato apresentou um panorama sobre como a área se configurou ao longo de todos esses anos no CAp João XXIII¹⁴. Cada parte deste artigo construiu uma narrativa com base em documentos internos, estudos bibliográficos e relatos pessoais, com a finalidade de contextualizar importantes questões locais e nacionais. Posteriormente, refletimos sobre como se deu a implementação da área no João XXIII, desde o começo até a consolidação do grupo com oito docentes.

Assim, esperamos ter contribuído para embasar uma visão mais abrangente e aprofundada sobre a construção de um ensino de Arte que hoje é referência na cidade e região. Essa atuação corresponde ao tripé de ensino, pesquisa e extensão que ancora os princípios da Universidade Federal de Juiz de Fora como um todo. Associado a isso, fazer da “Arte uma forma de compreender e transformar o mundo” inclui esse grupo de professores em uma frente de trabalho experimental, vivencial e crítica da área, em suas diversas linguagens. Algo que necessita de condições específicas para acontecer, sobretudo em um Colégio de Aplicação.

¹⁴ Para quem estiver interessado em saber mais sobre o ensino de Arte no CAp João XXIII, sugerimos a leitura dos artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC- Graduação) e Trabalhos de Formação Docente (TFD- Residência Docente), listados no seguinte documento: [Publicações sobre o CAp João XXIII](#)

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BORBA, Maria da Natividade Ramalho. **Entre escritas, memórias e narrativas: rastros das manifestações da arte no Colégio de Aplicação João XXIII, de 1978 a 1987**. Dissertação (Mestrado em Educação)- FACED, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

DINALI, Wescley. **O que vocês fizeram está fora de um padrão aceitável...** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - FACED, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SAMPAIO. Juliano Casimiro de Camargo (Org.). **Texto inicial para as Normas sobre Arte na Educação Básica: Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: FAEB/CNE. 2025. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1vH6RiZkswXbL-TW-riUPRYwnZo_8K3cM/view?usp=sharing >. Acesso em 01 de setembro de 2025.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Naduska Mário Palmeira.